O Controle Social Formal no Brasil: Estruturas e Funções das Instâncias Reguladoras

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 30/08/2022



Salvar em PDF Imprimir

Salvar em PDF Imprimir

Salvar em PDF Imprimir

1. **Introdução**
   A natureza humana e a necessidade de controle social têm sido objeto de discussão entre filósofos e pensadores ao longo da história. Enquanto alguns, como Rousseau, acreditam que o ser humano é bom em sua essência, mas é corrompido pela sociedade, outros, como Hobbes, defendem que o homem é mau por natureza e precisa de um estado autoritário para normatizar as relações sociais.

Independentemente da visão adotada, é inegável que o ser humano necessita de parâmetros e diretrizes para conviver harmoniosamente em sociedade. Esses parâmetros podem ser informais, advindos de costumes, crenças e valores compartilhados, ou formais, originados de normas e leis institucionalizadas.

No Brasil, o controle social formal está estruturado em três instâncias principais: a Polícia, o Ministério Público e o

Poder Judiciário. Cada uma dessas instâncias possui estruturas e funções específicas, que serão abordadas a seguir.

2. As Instâncias de Controle Social Formal no Brasil

2.1. A Polícia

A primeira instância de controle social formal no Brasil é exercida pela polícia. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, sendo exercida por meio de diversos órgãos, como a polícia federal, as polícias civis e militares, entre outros.

Cada um desses órgãos possui atribuições específicas, desde a apuração de infrações penais até o patrulhamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Além disso, existem outras forças de segurança, como a Força Nacional de Segurança Pública, que atua em situações de calamidade e na preservação da ordem pública.

2.2. O Ministério Público

A segunda instância de controle social formal é o Ministério Público, uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Entre as funções do Ministério Público, destacam-se a promoção da ação penal pública, a proteção do patrimônio público e social, a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, entre outras.

2.3. O Poder Judiciário

A terceira instância de controle social formal é o Poder Judiciário, composto por diversos órgãos, como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça dos Estados.

Cabe ao Poder Judiciário o recebimento de processos e denúncias ofertadas pelo Ministério Público, além do

julgamento dos conflitos que surgem na sociedade, sempre interpretando as leis e aplicando o direito de acordo com os casos concretos.

O Poder Judiciário também conta com órgãos especializados, como a Justiça do Trabalho, responsável por processar e julgar ações oriundas das relações de trabalho, e a Justiça Militar, que lida com crimes militares definidos em lei.

3. **Considerações Finais**
   O controle social formal, exercido pelas instâncias da Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário, é fundamental para a manutenção da ordem e da harmonia social. Cada uma dessas instâncias desempenha funções específicas e essenciais, garantindo a aplicação das leis e a resolução de conflitos.

No entanto, é importante ressaltar que o controle social formal não é a única forma de regular as relações humanas. O controle social informal, baseado em valores, crenças e costumes compartilhados, também desempenha um papel crucial na promoção da paz e do respeito mútuo.

Em uma sociedade diversa e complexa, é fundamental que haja um equilíbrio entre o controle social formal e informal, de modo a garantir a convivência harmoniosa e o respeito às diferenças. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, igualitária e pacífica.

Aqui está uma FAQ baseada no conteúdo do artigo sobre as instâncias de controle social formal no Brasil:

FAQ – Instâncias de Controle Social Formal no Brasil

1. O que é controle social formal?
O controle social formal refere-se às normas e instituições estabelecidas pelo Estado para regular a convivência social e

garantir a ordem pública, utilizando mecanismos legais e institucionais.

2. Quais são as principais instâncias de controle social formal no Brasil?
No Brasil, as principais instâncias de controle social formal são a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Cada uma desempenha funções específicas na manutenção da ordem e na aplicação das leis.

3. Qual é o papel da Polícia no controle social formal?
A Polícia é responsável pela segurança pública e pela apuração de infrações penais. Ela atua no patrulhamento, na preservação da ordem pública e na investigação de crimes, conforme previsto na Constituição Federal.

4. O que faz o Ministério Público?
O Ministério Público é uma instituição independente que defende a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais. Suas funções incluem a promoção da ação penal pública e a proteção dos direitos das populações vulneráveis.

5. Como o Poder Judiciário contribui para o controle social formal?
O Poder Judiciário é responsável por julgar os conflitos sociais e interpretar as leis. Ele recebe processos e denúncias do Ministério Público e garante que as decisões sejam tomadas de acordo com a legislação vigente.

6. O controle social formal é suficiente para manter a ordem social?
Embora o controle social formal seja fundamental, ele deve coexistir com o controle social informal, que se baseia em valores e normas não escritas. Ambos são essenciais para garantir uma convivência harmoniosa na sociedade.

7. Quais são os desafios enfrentados pelas instâncias de controle social formal?
As instâncias de controle social formal enfrentam desafios

como a corrupção, a falta de recursos, a impunidade e a necessidade de reformas para garantir maior eficiência e justiça no sistema.

8. Por que é importante equilibrar controle social formal e informal?
O equilíbrio entre controle social formal e informal é crucial para promover a paz social e o respeito mútuo, permitindo que as normas legais sejam complementadas por valores e crenças compartilhados pela comunidade.

Essas perguntas e respostas ajudam a esclarecer a estrutura e a importância das instâncias de controle social formal no Brasil, conforme discutido no artigo. Para mais detalhes, você pode ler o artigo completo aqui. Alza Fintrion

 Salvar em PDF  Imprimir
 Salvar em PDF  Imprimir
 Salvar em PDF  Imprimir